

## COMISSÃO DE TRABALHO

### PROJETO DE LEI Nº 3.267, DE 2021

Regulamenta o exercício das profissões de transcritor e de revisor de textos em braille.

**Autor:** SENADO FEDERAL - PAULO PAIM

**Relator:** Deputado ALEXANDRE LINDENMEYER

## I - RELATÓRIO

Trata-se de proposição originária do Senado Federal pelo intermédio da qual se pretende regular o exercício da profissão de transcritor e de revisor de textos em braille com os seguintes parâmetros:

- a) define o conceito de transcritor em braille e especifica que o exercício da profissão será permitido a quem tenha concluído o ensino médio, possua certificado de habilitação expedido por órgão oficial ou por entidades representativas dos deficientes visuais ou que tenha exercido o ofício por pelo menos três anos antes da promulgação da Lei, desde que tenha sido aprovado em prova oficial, na forma que especifica;
- b) estabelece que para o exercício da profissão de revisor de textos em braille é necessário que os profissionais tenham completado, ao menos, o ensino médio e possuam certificado de habilitação expedido por órgãos oficiais ou reconhecidos pelo Ministério da Educação ou por entidades representativas dos deficientes visuais, ou que tenham



exercido o ofício por pelo menos três anos antes da promulgação da Lei;

- c) fixa a jornada máxima de trabalho em seis horas diárias e trinta e seis semanais e estabelece intervalos para repouso; e
- d) determina que o empregador garanta acesso à internet, aos códigos de transcrição braille, às normas técnicas aplicáveis à produção de texto em braile e a dicionários e obras de referência.

Originalmente, a proposta foi distribuída às Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP), para análise do mérito, e à de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), para apreciação do mérito e da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, em regime de tramitação prioritária e sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões.

Tendo em vista a aprovação da Resolução nº 1, de 2023, desta Câmara dos Deputados, houve a revisão do despacho para redistribuir a matéria para a Comissão de Trabalho (CTRAB), em substituição à Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, extinta com a citada Resolução.

Esgotado o prazo regimental, não foram apresentadas emendas à proposta nesta CTRAB.

É o relatório.

## II - VOTO DO RELATOR

Trata-se de proposta meritória que pretende assegurar a profissionalização e a qualidade dos processos de inclusão de pessoas com deficiência visual por meio do acesso a textos produzidos em braile. Para tanto, o exercício das profissões de transcritor e de revisor de textos em braile, profissionais responsáveis por garantir a produção desses materiais.



A regulamentação das profissões de transcritor e revisor de textos em braille é fundamental para garantir o acesso igualitário à informação para pessoas com deficiência visual. Esses profissionais desempenham um papel crucial na conversão de materiais impressos em braille, possibilitando que pessoas com deficiência visual possam ler e obter conhecimento em igualdade de condições.

Ao regulamentar essas profissões, o Projeto de Lei 3.267, de 2021, reconhece a importância do trabalho realizado pelos transcritores e revisores de textos em braille. Isso fortalece a categoria profissional e proporciona uma maior valorização social desses profissionais, que desempenham papel tão essencial para a construção de uma sociedade mais inclusiva.

A regulamentação dessas profissões incentiva a formação e capacitação adequadas desses profissionais. Com critérios claros e requisitos estabelecidos, é possível aumentar a segurança de que os transcritores e revisores exibam as competências necessárias para exercerem suas atividades de forma eficiente e responsável. Além disso, a regulamentação estimula a criação de cursos e programas de formação específicos, contribuindo para a profissionalização e o aprimoramento contínuo dessa área de atuação.

Um maior controle sobre a certificação desses profissionais irá colaborar para que os materiais produzidos se tornem mais padronizados, precisos e legíveis, redundando em maior uniformidade e confiabilidade dos materiais em braille disponíveis para promover maior efetividade da leitura.

Pelo exposto, verificamos que o projeto em exame será de grande valia para assegurar que os transcritores e de revisores de textos em braille possam trabalhar com mais qualidade e padronização em prol da comunidade de pessoas com deficiência visual, razão pela qual somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.267, de 2021.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2023.



Deputado ALEXANDRE LINDENMEYER  
Relator

Apresentação: 30/06/2023 20:18:59.687 - CTRAB  
PRL 1 CTRAB => PL 3267/2021 (Nº Anterior: PLS 50/2017)

PRL n.1



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alexandre Lindenmeyer  
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD232498797500>

